

[Página inicial](#) / [Meus cursos](#) / [Comando-Geral](#) / [COGER](#)

/ [Curso de Atualização Profissional em Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar - FATD](#) / [Pesquisas e Avaliação Final](#)

/ [Avaliação Final do Curso](#)

Iniciado em	quinta, 8 Feb 2024, 09:53
Estado	Finalizada
Concluída em	quinta, 8 Feb 2024, 10:41
Tempo empregado	47 minutos 54 segundos
Notas	18,90/20,00
Avaliar	9,45 de um máximo de 10,00(95%)
Comentários	Parabéns pela Conclusão da Avaliação Final!!!

Questão **1**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

O Código de Processo Penal também pode ser utilizado de maneira subsidiária à Portaria do Comando-Geral nº 339/2006, tendo em vista que o processo administrativo disciplinar se assemelha em alguns aspectos ao processo penal.

Escolha uma opção:

- Verdadeiro ✓
- Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão 2

Parcialmente correto

Atingiu 0,60 de 1,00

Sobre a Anulação dos Atos Administrativos, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

 a.

O ato considerado nulo produz **efeitos retroativos** à data em que foi emitido (*ex tunc*).

 b.

Nas palavras do Professor Hely Lopes Meirelles a Anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal. Baseia-se em razões de legitimidade ou legalidade, diferentemente da revogação que se funda em motivos de conveniência ou de oportunidade.

 c.

Anulação ou invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.

 d.

O conceito de ilegalidade ou ilegitimidade não se restringe somente à violação da lei, mas também ao abuso, por excesso ou desvio de poder, ou ao desrespeito aos princípios gerais do direito.

 e.

Em regra, a Administração tem o dever de anular os atos ilegais sob pena de ferir o princípio da legalidade. É possível uma exceção a essa regra quando o prejuízo da anulação for maior do que o decorrente ato ilegal, quando o interesse público for manifesto.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

Anulação ou invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.,

O ato considerado nulo produz **efeitos retroativos** à data em que foi emitido (*ex tunc*),

Em regra, a Administração tem o dever de anular os atos ilegais sob pena de ferir o princípio da legalidade. É possível uma exceção a essa regra quando o prejuízo da anulação for maior do que o decorrente ato ilegal, quando o interesse público for manifesto.,

Nas palavras do Professor Hely Lopes Meirelles a Anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou

ilegal. Baseia-se em razões de legitimidade ou legalidade, diferentemente da revogação que se funda em motivos de conveniência ou de oportunidade.,

O conceito de ilegalidade ou ilegitimidade não se restringe somente à violação da lei, mas também ao abuso, por excesso ou desvio de poder, ou ao desrespeito aos princípios gerais do direito.

Questão 3

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre as Férias ou Atestado no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. Quando o Acusado solicitar férias que não estavam previstas cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor decidir se autoriza a saída do militar estadual para férias ou se ele deve aguardar o término da instrução do FATD. ✓
- b. O FATD também pode ser iniciado e sobrestado a partir do dia em que o Acusado sair de férias, sendo reaberto quando retornar. ✓
- c. Em caso de Férias não há nenhum óbice em aguardar o retorno do Acusado para iniciar o FATD. ✓
- d. ✓

Se o militar estadual alegar que não pode responder ao FATD por doenças de natureza psicológica, psiquiátrica ou neurológica, deve o Encarregado verificar os procedimentos relacionados ao seu encaminhamento à JM para manifestação formal a respeito, seguindo procedimento semelhante ao que ocorre nos Apuração Disciplinar de Licenciamento, Conselho de Disciplina e Conselho de Justificação

- e. O atestado médico, por si só, é justificativa para sobrestar o FATD.
- f. Diante da incerteza quanto à possibilidade do acusado continuar participando do FATD ou não, nos casos de dispensas médicas prolongadas ou até licenças médicas, o Encarregado pode tomar como referência o resultado da perícia médica realizada pela Junta Médica (JM) que determina o tipo do afastamento do militar estadual, que pode ser afastado apenas do serviço operacional ou ficar com qualquer atividade profissional prejudicada. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Em caso de Férias não há nenhum óbice em aguardar o retorno do Acusado para iniciar o FATD.,

O FATD também pode ser iniciado e sobrestado a partir do dia em que o Acusado sair de férias, sendo reaberto quando retornar.,

Quando o Acusado solicitar férias que não estavam previstas cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor decidir se autoriza a saída do militar estadual para férias ou se ele deve aguardar o término da instrução do FATD.,

Se o militar estadual alegar que não pode responder ao FATD por doenças de natureza psicológica, psiquiátrica ou neurológica, deve o Encarregado verificar os procedimentos relacionados ao seu encaminhamento à JM para manifestação formal a respeito, seguindo procedimento semelhante ao que ocorre nos Apuração Disciplinar de Licenciamento, Conselho de Disciplina e Conselho de Justificação,

Diante da incerteza quanto à possibilidade do acusado continuar participando do FATD ou não, nos casos de dispensas médicas prolongadas ou até licenças médicas, o Encarregado pode tomar como referência o resultado da perícia médica realizada pela Junta Médica (JM) que determina o tipo do afastamento do militar estadual, que pode ser afastado apenas do serviço operacional ou ficar com qualquer atividade profissional prejudicada.

Questão 4

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre a Mutatio Libelli, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. Poderá também o Relato do Fato Imputado incluir, complementar ou fornecer novo elemento ou circunstância não evidenciado em momento anterior, o que demandará do encarregado muitas vezes, a reprodução de inquirições de testemunhas e repetição de outras provas a fim de fornecer o caminho adequado para a instrução do processo administrativo. ✓
- b. Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, como ocorre no processo penal, ou seja, mudança do quadro fático contestado, deve-se produzir novo Relato do Fato Imputado e reabrir o prazo para a defesa produzir a correspondente resposta, tudo em harmonia com os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantidos do mesmo modo no âmbito do processo disciplinar (art. 5º, LV, CF). ✓
- c. Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, deverá permitir que a defesa arrole testemunhas para serem ouvidas, e também, realize novo interrogatório do indiciado, a depender da alteração realizada. ✓
- d. A Jurisprudência entende que há nulidade em aditamento à denúncia (*mutatio libelli*) quando oferecida a oportunidade para a manifestação da defesa.
- e. O Novo Relato do Fato Imputado poderá conter modificações mais simples como por exemplo, uma correção de datas, horários ou locais em que ocorreram a transgressão da disciplina. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, como ocorre no processo penal, ou seja, mudança do quadro fático contestado, deve-se produzir novo Relato do Fato Imputado e reabrir o prazo para a defesa produzir a correspondente resposta, tudo em harmonia com os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantidos do mesmo modo no âmbito do processo disciplinar (art. 5º, LV, CF),

Na hipótese da ocorrência da *mutatio libelli*, deverá permitir que a defesa arrole testemunhas para serem ouvidas, e também, realize novo interrogatório do indiciado, a depender da alteração realizada.,

O Novo Relato do Fato Imputado poderá conter modificações mais simples como por exemplo, uma correção de datas, horários ou locais em que ocorreram a transgressão da disciplina.,

Poderá também o Relato do Fato Imputado incluir, complementar ou fornecer novo elemento ou circunstância não evidenciado em momento anterior, o que demandará do encarregado muitas vezes, a reprodução de inquirições de testemunhas e repetição de outras provas a fim de fornecer o caminho adequado para a instrução do processo administrativo.

Questão 5

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre a verificação de documentos no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. O Início da Lavratura e organização dos documentos consiste em produzir, organizar, autuar e numerar os documentos na seguinte ordem: Capa; Despacho de Designação; Publicação do Despacho; Documentos de Origem; Ficha Disciplinar Individual atualizada do Acusado (FDI); Escala de serviço (se for o caso). ✓
- b. A Verificação de documentos no FATD consiste em analisar os documentos recebidos e realizar uma leitura atenta dos fatos para saber se falta algum documento. ✓
- c. As Diligências, compreendidas na verificação de documento, intuito de verificar os documentos faltantes e solicitar pode ocorrer em: Laudos e Perícias que o caso requeira; Outros documentos, procedimentos instrutórios e solicitações a outros órgãos; Localização de pessoas cuja oitiva seja útil, etc. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

A Verificação de documentos no FATD consiste em analisar os documentos recebidos e realizar uma leitura atenta dos fatos para saber se falta algum documento.,

As Diligências, compreendidas na verificação de documento, intuito de verificar os documentos faltantes e solicitar pode ocorrer em: Laudos e Perícias que o caso requeira; Outros documentos, procedimentos instrutórios e solicitações a outros órgãos; Localização de pessoas cuja oitiva seja útil, etc.,

O Início da Lavratura e organização dos documentos consiste em produzir, organizar, autuar e numerar os documentos na seguinte ordem: Capa; Despacho de Designação; Publicação do Despacho; Documentos de Origem; Ficha Disciplinar Individual atualizada do Acusado (FDI); Escala de serviço (se for o caso).

Questão 6

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre a Anulação dos Atos previstos no CPPM, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. ✓
Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.
- b. ✓
A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la.
- c. ✓
Substituindo a citação nula pelo comparecimento do réu, o certo é que, se não convalidou a citação nula, a relação processual foi convalidada, não se declarando a nulidade do processo.
- d.
A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação não ficará sanada com o comparecimento do interessado em juízo.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.,

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la.,

Substituindo a citação nula pelo comparecimento do réu, o certo é que, se não convalidou a citação nula, a relação processual foi convalidada, não se declarando a nulidade do processo.

Questão 7

Parcialmente correto

Atingiu 0,80 de 1,00

Sobre os Princípio do Processo Administrativo Disciplinar, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. Em razão do Princípio do Formalismo Moderado não faz diferença se o acusado diz que não tem interesse em apresentar razões de defesa e esta informação é transcrita em uma certidão assinada pelo interessado ou se ele a redige de próprio punho em um formulário. O que interessa é a manifestação legítima de que lhe foi oportunizado tal meio de defesa e houve o desinteresse espontâneo.
- b. Do Princípio da Motivação decorre a obrigação do comandante, chefe ou diretor deixar bem claro quais foram os elementos de prova e as razões que o levaram a decidir pela responsabilidade disciplinar do acusado, para determinar a gravidade do praticado e estabelecer a punição merecida. ✓
- c. O princípio do Formalismo Moderado deve prever a realização de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito ao contraditório e à ampla defesa. ✓
- d. O Princípio da verdade real decorre da obrigação imposta à Administração produzir provas, atuando de ofício ou mediante provocação, de modo a formar sua convicção sobre a realidade fática em apuração. ✓
- e. O Princípio da Celeridade é aquele em que o processo administrativo deve ser realizado dentro do prazo razoável e dentro do prazo estabelecido, garantindo a apuração célere do ocorrido, de modo a possibilitar à Administração Castrense se manifestar de maneira concreta sobre o assunto e assim não perder o caráter educativo da eventual punição. ✓

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 4.

As respostas corretas são:

O princípio do Formalismo Moderado deve prever a realização de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito ao contraditório e à ampla defesa.,

Em razão do Princípio do Formalismo Moderado não faz diferença se o acusado diz que não tem interesse em apresentar razões de defesa e esta informação é transcrita em uma certidão assinada pelo interessado ou se ele a redige de próprio punho em um formulário. O que interessa é a manifestação legítima de que lhe foi oportunizado tal meio de defesa e houve o desinteresse espontâneo.,

O Princípio da Celeridade é aquele em que o processo administrativo deve ser realizado dentro do prazo razoável e dentro do prazo estabelecido, garantindo a apuração célere do ocorrido, de modo a possibilitar à Administração Castrense se manifestar de maneira concreta sobre o assunto e assim não perder o caráter educativo da eventual punição.,

Do Princípio da Motivação decorre a obrigação do comandante, chefe ou diretor deixar bem claro quais foram os elementos de prova e as razões que o levaram a decidir pela responsabilidade disciplinar do acusado, para determinar a gravidade do praticado e estabelecer a punição merecida.,

O Princípio da verdade real decorre da obrigação imposta à Administração produzir provas, atuando de ofício ou mediante provocação, de modo a formar sua convicção sobre a realidade fática em apuração.

Questão 8

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre Impedimento e Suspeição do encarregado FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. A autoridade disciplinar não se submete às causas de impedimento e suspeição.
- b. O Encarregado quando entender que é suspeito ou impedido para determinado processo administrativo deve informar o fato à autoridade delegante. ✓
- c. A Suspeição possui caráter subjetivo, sendo a presunção de caráter relativo. Ocorre quando existe algum vínculo do encarregado ou da autoridade disciplinar com o ofendido/acusador ou com o acusado. ✓
- d. Quando a suspeição ou impedimento for suscitada pelo Acusado, o Encarregado deve produzir documento confirmando ou não a alegação. ✓
- e. Nos casos de impedimento, existe uma PROIBIÇÃO objetiva e absoluta de atuação do encarregado e da autoridade disciplinar. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Nos casos de impedimento, existe uma PROIBIÇÃO objetiva e absoluta de atuação do encarregado e da autoridade disciplinar.,

A Suspeição possui caráter subjetivo, sendo a presunção de caráter relativo. Ocorre quando existe algum vínculo do encarregado ou da autoridade disciplinar com o ofendido/acusador ou com o acusado.,

O Encarregado quando entender que é suspeito ou impedido para determinado processo administrativo deve informar o fato à autoridade delegante.,

Quando a suspeição ou impedimento for suscitada pelo Acusado, o Encarregado deve produzir documento confirmando ou não a alegação.

Questão 9

Parcialmente correto

Atingiu 0,75 de 1,00

Sobre as Oitivas e outras providências no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. O Encarregado do processo disciplinar ou do procedimento administrativo poderá indeferir as perguntas inoportunas, inconvenientes, fora do contexto. Recomenda-se que estas perguntas indeferidas sejam consignadas no termo.
- b. Se a impossibilidade de formular questionamentos for alegada pelo acusado no ato de sua defesa final o encarregado deverá providenciar nova oitiva e oportunizar que o acusado faça as perguntas. ✓
- c. Nos casos de FATD, o acusado poderá fazer perguntas às testemunhas ou ao ofendido por intermédio do Encarregado do processo. ✓
- d. Quando houver constrangimento de testemunhas e quando não houver defensor constituído, como sugestão o acusado poderá deixar as perguntas para que o Encarregado as transmita a testemunha, ficando tudo devidamente registrado no Termo de Inquirição de Testemunha. ✓

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

Se a impossibilidade de formular questionamentos for alegada pelo acusado no ato de sua defesa final o encarregado deverá providenciar nova oitiva e oportunizar que o acusado faça as perguntas.,

O Encarregado do processo disciplinar ou do procedimento administrativo poderá indeferir as perguntas inoportunas, inconvenientes, fora do contexto. Recomenda-se que estas perguntas indeferidas sejam consignadas no termo., Quando houver constrangimento de testemunhas e quando não houver defensor constituído, como sugestão o acusado poderá deixar as perguntas para que o Encarregado as transmita a testemunha, ficando tudo devidamente registrado no Termo de Inquirição de Testemunha., Nos casos de FATD, o acusado poderá fazer perguntas às testemunhas ou ao ofendido por intermédio do Encarregado do processo.

Questão 10

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre as principais situações identificadas como sendo aquelas que produzem nulidade em um FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. ✓
As oitivas de testemunhas devem ser feitas de maneira criteriosa e o Encarregado deve se esforçar para colocar no papel aquilo que foi dito, nos termos utilizados pela pessoa ouvida. O ato de simplesmente "copiar e colar" os testemunhos, que ficam com redação igual, é um fato de descrédito na apuração disciplinar.
- b. ✓
É possível dizer que o Relato do Fato Imputado é uma das principais peças do FATD, posto que quando redigido de maneira genérica ou incompleta fatalmente irá comprometer a produção de provas.
- c. ✓
O desvio de procedimento é a utilização de um procedimento inadequado para obtenção de um resultado que deveria ser realizado por outras vias.
- d.
Com base no discutido sobre a Competência Disciplinar, o comandante de determinada Unidade pode determinar a instauração e decidir o FATD no qual ocupa a posição de ofendido.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: É possível dizer que o Relato do Fato Imputado é uma das principais peças do FATD, posto que quando redigido de maneira genérica ou incompleta fatalmente irá comprometer a produção de provas.,

As oitivas de testemunhas devem ser feitas de maneira criteriosa e o Encarregado deve se esforçar para colocar no papel aquilo que foi dito, nos termos utilizados pela pessoa ouvida. O ato de simplesmente "copiar e colar" os testemunhos, que ficam com redação igual, é um fato de descrédito na apuração disciplinar.,

O desvio de procedimento é a utilização de um procedimento inadequado para obtenção de um resultado que deveria ser realizado por outras vias.

Questão 11

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre as atribuições do encarregado FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. Antes de instaurar o FATD o encarregado não precisa estudar a documentação de origem para inteira-se dos fatos e verificar o que deverá ser providenciado durante a elaboração do FATD;
- b. Atualmente, o encarregado poderá ser Oficial, Aspirante-a-Oficial, Cadete, Subtenente ou Sargento, respeitados os níveis hierárquicos dos acusados e a complexidade da apuração ✓
- c. Eventualmente o ENCARREGADO pode fazer o papel de ACUSADOR e DEFENSOR do militar estadual, sendo irrelevante conduzir a instrução do FATD com equilíbrio e isenção.
- d. É quem deve apurar os fatos tidos como transgressão disciplinar da melhor maneira possível, procedendo à instrução do FATD, juntando e produzindo todas as provas necessárias para compreender realmente como se sucedeu o ocorrido. ✓
- e. É possível a própria Autoridade Disciplinar figurar como encarregado do FATD embora não seja usual. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

É quem deve apurar os fatos tidos como transgressão disciplinar da melhor maneira possível, procedendo à instrução do FATD, juntando e produzindo todas as provas necessárias para compreender realmente como se sucedeu o ocorrido.,

É possível a própria Autoridade Disciplinar figurar como encarregado do FATD embora não seja usual.,

Atualmente, o encarregado poderá ser Oficial, Aspirante-a-Oficial, Cadete, Subtenente ou Sargento, respeitados os níveis hierárquicos dos acusados e a complexidade da apuração

Questão 12

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

É possível suprir os vícios de Nulidade estudados no Módulo III?

Escolha uma opção:

- Verdadeiro ✓
- Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão 13

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre o Relato do Fato Imputado no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. É por meio do Relato do Fato Imputado que o Acusado é cientificado formalmente sobre a instauração do FATD, cumprindo papel bastante semelhante ao da citação do processo penal e dos processos administrativos que podem resultar na exclusão do militar estadual. ✓
- b. O Encarregado pode se utilizar de acusações genéricas e não delimitar ações ou omissões do acusado que justificaram a instauração de FATD, inclusive as possíveis consequências negativas (se for possível determinar)
- c. O Texto do Relato do Fato Imputado deve narrar quem praticou a ação e omissão. O ocorrido deve ser delimitado no tempo, sendo informado o dia e a hora, se possível. Da mesma maneira, em qual local a transgressão disciplinar foi praticada. O que ensejou a instauração do FATD e como ou por qual motivo os fatos se deram também deve ser descrito o mais detalhado possível. ✓
- d. É possível dizer que o Relato do Fato Imputado seria o principal documento do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, pois define o motivo pelo qual o militar esta sendo processado e do que exatamente ele deve se defender. ✓
- e. A tipificação da conduta do militar estadual que caracteriza transgressão disciplinar é pouco importante, sendo pacífico que o acusado se defende dos fatos e da indicação dos itens do anexo I do RDE, o que traz prejuízo se houver descrição errada do artigo do RDE.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

É possível dizer que o Relato do Fato Imputado seria o principal documento do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, pois define o motivo pelo qual o militar esta sendo processado e do que exatamente ele deve se defender.,

É por meio do Relato do Fato Imputado que o Acusado é cientificado formalmente sobre a instauração do FATD, cumprindo papel bastante semelhante ao da citação do processo penal e dos processos administrativos que podem resultar na exclusão do militar estadual.,

O Texto do Relato do Fato Imputado deve narrar quem praticou a ação e omissão. O ocorrido deve ser delimitado no tempo, sendo informado o dia e a hora, se possível. Da mesma maneira, em qual local a transgressão disciplinar foi praticada. O que ensejou a instauração do FATD e como ou por qual motivo os fatos se deram também deve ser descrito o mais detalhado possível.

Questão 14

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre o Poder Disciplinar, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

a.



O poder disciplinar é correlato com o poder hierárquico, mas com ele não se confunde. No uso do poder hierárquico a Administração Pública distribui e escalona as suas funções executivas. Já no uso do poder disciplinar ela controla o desempenho dessas funções e a conduta interna de seus servidores, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.

b.



Do Poder Disciplinar decorre a abrangência da competência disciplinar de cada Comandante, Chefe ou Diretor, conforme previsto no Decreto Estadual nº 7.339/2010 – Regulamento Interno de Serviços Gerais.

c.



Poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração Pública.

d.

A competência para instaurar FATD e decidir sobre a responsabilidade administrativa do militar estadual na prática de transgressão disciplinar, inclusive em recursos disciplinares, decorre apenas da relação hierárquica e não funcional, entre subordinado e autoridade disciplinar.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração Pública.,

O poder disciplinar é correlato com o poder hierárquico, mas com ele não se confunde. No uso do poder hierárquico a Administração Pública distribui e escalona as suas funções executivas. Já no uso do poder disciplinar ela controla o desempenho dessas funções e a conduta interna de seus servidores, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.,

Do Poder Disciplinar decorre a abrangência da competência disciplinar de cada Comandante, Chefe ou Diretor, conforme previsto no Decreto Estadual nº 7.339/2010 – Regulamento Interno de Serviços Gerais.

Questão 15

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre questões gerais do FATD

Escolha uma ou mais:

- a. O FATD tem por objetivo apurar os fatos que possam caracterizar transgressão disciplinar, viabilizando ao militar estadual apontado como autor do fato todos os meios e garantia capazes de propiciar o exercício da ampla defesa e contraditório de modo a embasar ✓
- b. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. ✓
- c. O Regulamento Disciplinar do Exército não traz um conceito sobre o que caracteriza transgressão disciplinar
- d. Quando a ação ou omissão não estiverem bem definida, não é necessário instaurar um procedimento de caráter investigativo, como uma sindicância ou um inquérito policial militar, sendo recomendado abrir diretamente um FATD.
- e. O FATD deverá ser instaurado apenas quando existir ato/fato determinado que possa caracterizar transgressão disciplinar com autoria certa. Logo, enquanto não existe definição sobre quem seria o autor do ilícito administrativo, não deverá ser expedido um FATD. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.,

O FATD tem por objetivo apurar os fatos que possam caracterizar transgressão disciplinar, viabilizando ao militar estadual apontado como autor do fato todos os meios e garantia capazes de propiciar o exercício da ampla defesa e contraditório de modo a embasar,

O FATD deverá ser instaurado apenas quando existir ato/fato determinado que possa caracterizar transgressão disciplinar com autoria certa. Logo, enquanto não existe definição sobre quem seria o autor do ilícito administrativo, não deverá ser expedido um FATD.

Questão 16

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre o Módulo I, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. ✓
O Princípio do devido processo legal diz que nenhuma decisão gravosa a um militar estadual poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em normativa jurídica própria.
- b. ✓
O Princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, é considerado o princípio fundamental do processo administrativo, eis que se configura a base sobre a qual os demais se sustentam.
- c. ✓
O Princípio do devido processo legal diz que nenhum militar estadual pode ser responsabilizado administrativamente por suposta falta disciplinar cometida sem que lhe tenha sido concedida ampla oportunidade de comprovar sua inocência ou justificar a transgressão praticada conforme a sequência de atos estabelecidos na normativa do FATD e demais relacionadas.
- d. A Constituição Federal, também chamada de Carta Magna, é o conjunto de regras e princípios supremos do ordenamento jurídico de um país, limitando poderes, organizando o Estado e definido direitos e garantias fundamentais. ✓
- e. ✓
Dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal derivam uma série de princípios, muitos deles aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: A Constituição Federal, também chamada de Carta Magna, é o conjunto de regras e princípios supremos do ordenamento jurídico de um país, limitando poderes, organizando o Estado e definido direitos e garantias fundamentais. ,
Dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal derivam uma série de princípios, muitos deles aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.,

O Princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, é considerado o princípio fundamental do processo administrativo, eis que se configura a base sobre a qual os demais se sustentam.,

O Princípio do devido processo legal diz que nenhuma decisão gravosa a um militar estadual poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em normativa jurídica própria.,

O Princípio do devido processo legal diz que nenhum militar estadual pode ser responsabilizado administrativamente por

suposta falta disciplinar cometida sem que lhe tenha sido concedida ampla oportunidade de comprovar sua inocência ou justificar a transgressão praticada conforme a sequência de atos estabelecidos na normativa do FATD e demais relacionadas.

Questão **17**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre a Oitiva do Acusado no FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. Não ouvir o Acusado garante a Ampla Defesa e Contraditório a sua defesa.
- b. O encarregado deverá sempre oportunizar ao acusado o seu interrogatório depois de produzidas todas as provas, e constando no relato dos fatos incidentais, a dispensa do próprio acusado quando este não considerar importante se manifestar ou entender que suas razões de defesa suprem a necessidade de sua oitiva. ✓
- c. *É a ocasião em que o acusado pode fornecer ao encarregado sua versão pessoal sobre os fatos e sua realização após a colheita da prova permitirá, sem dúvida, um exercício mais completo do **direito de defesa**, inclusive pela **faculdade de permanecer em silêncio** (art. 5º, LVIII, CF)* ✓
- d. Via de regra não necessita o acusado ser notificado para ser interrogado.
- e. A oitiva do acusado muitas vezes não garante o esclarecimento do fato já que ele não pode contraditar os fatos que ocorreram ao

◀ Pesquisa de Avaliação do Curso e Plataforma

Seguir para...

Certificado de Conclusão ▶

*É a ocasião em que o acusado pode fornecer ao encarregado sua versão pessoal sobre os fatos e sua realização após a colheita da prova permitirá, sem dúvida, um exercício mais completo do **direito de defesa**, inclusive pela **faculdade de permanecer em silêncio** (art. 5º, LVIII, CF),*

O encarregado deverá sempre oportunizar ao acusado o seu interrogatório depois de produzidas todas as provas, e constando no relato dos fatos incidentais, a dispensa do próprio acusado quando este não considerar importante se manifestar ou entender que suas razões de defesa suprem a necessidade de sua oitiva.

Questão **18**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Os instrumentos existentes para suprir os vícios são: Convalidação de Ato Administrativo, Revogação de Ato Administrativo e Anulação ou Invalidação de Ato Administrativo

Escolha uma opção:

- Verdadeiro ✓
- Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão **19**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre o Princípio da Presunção de Inocência, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. ✓
A dúvida sempre deve ser interpretada em favor do Acusado. Se não foi possível atribuir-lhe a autoria de prática de transgressão disciplinar acima de qualquer dúvida razoável, deve ser considerado inocente e arquivado o FATD.
- b. Consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. ✓
- c. ✓
É importante destacar que o ônus de provar a responsabilidade do militar estadual é da Administração Pública.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: Consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. ,

É importante destacar que o ônus de provar a responsabilidade do militar estadual é da Administração Pública.,

A dúvida sempre deve ser interpretada em favor do Acusado. Se não foi possível atribuir-lhe a autoria de prática de transgressão disciplinar acima de qualquer dúvida razoável, deve ser considerado inocente e arquivado o FATD.

Questão 20

Parcialmente correto

Atingiu 0,75 de 1,00

Sobre a Anulação dos Atos previstos no CPPM, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. ✓
Aqueles documentos que porventura sejam considerados nulos por decisão fundamentada da autoridade, durante análise do FATD, deverão ser desentranhados dos autos.
- b.
- c. A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidades dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência. ✓
- d.
Os atos nos quais forem identificadas nulidades deverão ser renovados ou retificados, se houver tal possibilidade.
- e. ✓
Cabe a autoridade reconhecer a invalidade de determinado ato processual e verificar se esse vício se propagou ou não aos outros atos do procedimento.
- f.
A nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a nulidade dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência, pois são independentes entre si.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

Os atos nos quais forem identificadas nulidades deverão ser renovados ou retificados, se houver tal possibilidade.,

Cabe a autoridade reconhecer a invalidade de determinado ato processual e verificar se esse vício se propagou ou não aos outros atos do procedimento.,

A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidades dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.,

Aqueles documentos que porventura sejam considerados nulos por decisão fundamentada da autoridade, durante análise do FATD, deverão ser desentranhados dos autos.

